

A economia moral de guerra - uma¹ abordagem preliminar sobre os trabalhadores de Porto Alegre e a experiência de escassez na Segunda Guerra Mundial

Fernando Cauduro Pureza

RESUMO:

No que se referem às táticas comuns dos trabalhadores desse período, o termo "economia moral de guerra" deve ser pensado como uma reação popular diante de um quadro de implementação de uma "economia de guerra", uma reação que surge diante de um quadro de economia inflacionada e da conseqüente desvalorização do recém implementado salário mínimo.

Esse trabalho se resume a uma abordagem inicial acerca das relações que os trabalhadores urbanos de Porto Alegre construíram a fim de enfrentar a economia de guerra proposta pelo Estado Novo. Mais especificamente ele remete às tentativas de superação da escassez de alimentos e da especulação sobre diversos produtos que os trabalhadores tiveram de criar a fim de enfrentar a situação econômica de Porto Alegre nos anos de 1942 à 1945.

Trabalhando com processos criminais e jornais da grande imprensa da época foi possível encontrar casos em que os trabalhadores tiveram de recorrer à diferentes táticas a fim de lidar com problemas tais como a escassez de pão, carne e leite, assim como a especulação acerca de produtos como a banha, o açúcar e a farinha. A denúncia policial, as cooperativas de consumo patronais, os programas de subsistência do Estado são apenas algumas das relações em que se pode perceber as diferentes possibilidades de ação do proletariado diante de uma situação onde não apenas a escassez, mas também as leis de exceção do trabalho se colocavam como uma nova realidade a se deparar.

INTRODUÇÃO

Essa comunicação é apenas uma pequena “problematização” dentro do projeto de mestrado “A **“batalha da produção” e os “soldados-operários”: o esforço de guerra e o impacto na classe trabalhadora porto-alegrense (1942-1945)**”.

Inicialmente, é importante salientar que o uso do conceito “economia moral” remete diretamente à obra de Edward Thompson, “A economia moral da multidão”.² Porém, resgatar um trabalho sobre a formação política e cultural dos motins de fome da Inglaterra do século XVIII é algo notadamente delicado, e corre-se o risco de não levar em conta as particularidades da realidade analisada. Contudo, deve-se ressaltar que, mais do que uma “licença poética” conferida pelo autor, o conceito utilizado pelo historiador britânico debate diretamente com as análises economicistas que abordam momentos de tensão social de forma

¹ Mestrando em História na UFRGS

² O artigo de Thompson foi publicado na revista “*Past and Present*” em 1971 e, após severas críticas, se tornou célebre também pela formação de outro artigo posterior chamado “Economia moral revisitada”. Para mais, ver THOMPSON, Edward; “*Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*”; São Paulo; Ed. Companhia das Letras, 2005, cap. 4: “A economia moral da multidão” e cap. 5: “Economia moral revisitada”.

absolutamente esquemática, resumindo-os em gráficos sobre a fome. Mas o que é essa “economia moral” que está sendo inferida aos trabalhadores?

A idéia de uma “economia moral de guerra” é entendida como uma série de relações sociais que se contrapõe à “economia de guerra”. A economia de guerra seria um fenômeno típico das condições particulares do Brasil durante o período da Segunda Guerra Mundial, com um rígido controle estatal sobre as relações de produção em áreas que desempenhavam um importante papel no esforço dos aliados para derrotar o Eixo. Esse controle do Estado sobre a esfera econômica se realizava em três âmbitos: a produção, a circulação de produtos no mercado e o consumo.³ Essa “economia moral de guerra” surge então como reação popular sobre as mudanças econômicas do período, mudanças que vão além de reações espasmódicas provocadas pela fome contra índices de preços, ou mesmo que se chocam com a política de esforço de guerra, que aparece diretamente nos pronunciamentos de Vargas aos trabalhadores.⁴

O Estado Novo tinha políticas para “amenizar” tais questões que não podem ser desprezadas, afinal trata-se do primeiro governo que coloca diretamente a questão de atentado contra a “economia popular” como contravenção.⁵ No entanto, as relações sociais dos trabalhadores diante da carestia mostram, por exemplo, que a economia doméstica não era orientada por um cálculo estritamente econômico de submissão à inflação ou ao assistencialismo do governo e que da mesma forma, os comerciantes varejistas tampouco se pautavam exclusivamente pelo receio de contravenção. Muito mais do que a aceitação pelo discurso patriótico do “esforço de guerra” que era colocado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, havia um campo de atuação dos trabalhadores que é necessário ser resgatada, inclusive como forma de entender o período de intensa mobilização política que vai até 1947, com a repressão e a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro.

Nessa comunicação tentarei realizar um pequeno quadro das relações entre poder político institucional e os trabalhadores, sem ignorar o presente estado da pesquisa que se encontra ainda em caráter inicial.

³ Essa definição sobre a política estatal de abastecimento pode ser encontrada em LINHARES, Maria Yedda Leite e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; *“História política do abastecimento (1918-1974)”*; Brasília; BINAGRI, 1979, p. 18-19.

⁴ Ver GOMES, Ângela de Castro; *“A invenção do trabalhismo”*; São Paulo; Ed. Vértice, 1988, p. 237-238.

⁵ O Decreto Lei 869, de 18 de novembro de 1938 mereceria um estudo à parte. Entre algumas das medidas presentes nesse artigo está a criminalização do aumento de preços acima das tabelas, a fraude de pesos e medidas, entre outras formas de contravenção que seriam punidas com prisão celular de 2 a 10 anos e uma multa que podia ir até 50.000 réis.

AS AÇÕES DO ESTADO DIANTE DA ESCASSEZ

Seria desnecessário listar as diversas medidas do Estado Novo diante da escassez, pois isso implicaria entender o seu papel tanto em questões como o tabelamento de preços de diversos gêneros a partir de 1942, até a portaria de 3 de dezembro de 1943, que discriminou os gêneros de primeira necessidade (chamados de artigos “populares”) em 10%.⁶ No entanto, seu papel central pode ser reservado a dois pontos: à assistência social e à tentativa de tabelamento de preços.

Para compreender melhor estes dois pontos, saliento a criação de três serviços do governo com esse fim: o Serviço de Assistência da Previdência Social (SAPS), criado em agosto de 1940. A Coordenação de Mobilização Econômica, criada em setembro de 1942. A Comissão Nacional de Alimentação, criada em fevereiro de 1945. Tanto o SAPS quanto a Comissão Nacional de Alimentação tinham, como objetivo principal, a alimentação dos trabalhadores. A SAPS era uma seção de subsistência que não apenas buscava baratear preços de alimentos, mas que também visava pressionar as empresas com mais de 500 funcionários para a implementação de refeitórios aos seus trabalhadores, segundo o decreto-lei 1238 de maio de 1939.⁷ Já a Comissão Nacional de Alimentação tinha como centro de sua ação “estudar e propor normas da política nacional de alimentação”, bem como “estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população brasileira, considerando o respectivo padrão de vida.”⁸

Mas dos três órgãos, sem dúvida quem possuía maior poder era a Coordenação da Mobilização Econômica. Ao ser criada em setembro de 1942, ela visava “estabelecer a mobilização completa dos recursos econômicos existentes no território nacional”. A Coordenação era responsável por: orientar a mineração, a agricultura, a pecuária e a indústria, coordenar os transportes, planejar e fiscalizar o racionamento de combustíveis, intervir no mercado de trabalho e fixar ou limitar a quantidade de mercadorias a serem vendidas, fornecidas, ou distribuídas.⁹ Basicamente, todo o processo de controle de preços desde a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial passou por essa entidade, cujo principal nome era o ministro João Alberto.

⁶ LINHARES, Maria Yedda Leite e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; *op. cit.*, p. 113.

⁷ Em janeiro de 1945 surgiu um novo decreto-lei afirmando a necessidade de fábricas com mais de 300 operários criarem postos de subsistência aos seus trabalhadores para vender produtos de primeiras necessidades, como feijão, arroz, macarrão e carne seca. Para mais, ver WEINSTEIN, Barbara; “(Re)Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964)”; São Paulo; Cortez Editora, 2000, p. 126.

⁸ LINHARES; *op. cit.*, p. 117.

⁹ *Idem*, p. 115.

No caso do Rio Grande do Sul, do interventor Cordeiro de Farias, as políticas de assistência social também ganharam destaque. Entre uma das principais estava uma série de incentivos que possibilitou à companhia da Sociedade Beneficiadora do Leite S.A., distribuidora de leite de Porto Alegre, a vender o produto em caminhões-tanques para bairros operários como Navegantes e São João por um preço mais barato.¹⁰ Aliás, é válido ressaltar que por decorrência da enchente de 1941 que afetou a cidade, o governo de Cordeiro de Farias, junto com a prefeitura de Porto Alegre, se viu na obrigação de realizar obras de assistência social para garantir subsistência às famílias atingidas pela catástrofe e a normalização das fábricas e armazéns da capital.¹¹

Porém, através do aumento exponencial nos preços de diversos produtos, pode-se questionar o quão efetiva foi a política de preços encadeada pelos poderes institucionais, tanto do Estado Novo como do interventor federal gaúcho, e seus respectivos serviços de assistência social. Um relatório do Departamento de Estatística do Rio Grande do Sul de 1943 afirmava que a alimentação dos trabalhadores era “insuficiente” para as necessidades que eles possuíam, sugerindo a urgência de um aumento no consumo de legumes e verduras e indicando um consumo prioritário de leite, pão, carne e manteiga.¹² Estudando o caso de Porto Alegre de 1939 a 1945, a variação de preços era mais do que emblemática dos problemas de alimentação dos trabalhadores (atingindo mais de 90% em alguns produtos). Como contrapartida, o mesmo relatório afirmava que o aumento salarial médio na capital gaúcha havia sido de 32%.¹³

A necessidade da criação de cooperativas de consumo e serviços de assistência social era dada pelas próprias condições dos trabalhadores. Pode se questionar quantos trabalhadores usufruíram desses órgãos, ou mesmo quantas famílias de trabalhadores sabiam de sua existência. Da mesma forma, pode se questionar também o quão eficiente eles foram diante da conjuntura da escassez de alimentos. Mas dentro dessa conjuntura, surgiu um outro espaço onde eles se viram diante da escassez, mas que se colocavam de forma mais ativa: os botequins e pequenas vendas de bairro.

¹⁰ “*O fornecimento do leite em Porto Alegre*”; Correio do Povo, 19/05/1942, p. 5.

¹¹ Para um quadro geral das memórias dos trabalhadores sobre a enchente de 1941 no bairro Navegantes de Porto Alegre, ver: FORTES, Alexandre; “*Nós do quarto distrito...*”; cap.3, “A enchente de 1941 e a memória coletiva”.

¹² Revista Orientação Econômica e Financeira, nº 22, p. 1-2. Março de 1944.

¹³ Ver GERTZ, René; “*Estado Novo no Rio Grande do Sul*”; Passo Fundo; Editora UPF, 2005, p. 60-61. Ver também FORTES, Alexandre; “*Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*”; Caxias do Sul; EDUCS, 2004, p. 74.

AS AÇÕES DOS TRABALHADORES DIANTE DA ESCASSEZ

A desvalorização do salário real e o aumento de preços eram problemas concretos do cotidiano das famílias operárias. Muito antes da própria guerra, os botequins eram espaços de sociabilidade onde reunia não apenas os operários após um cansativo dia de trabalho, mas muitas vezes também as operárias que precisavam de determinado produto para poder cozinhar para a família.

Não se trata aqui, evidentemente, de apresentar os botequins como espaços de “resistência operária”, mas, sim, como espaços de sociabilidade onde coexistiam tanto conversas tranqüilas como debates mais acalorados. E algumas vezes, é claro, os debates acabavam levando às “vias de fato”, e clientes do mesmo botequim acabavam por resolver suas cizânias através da força.¹⁴ Um dos casos mais exemplares desse ambiente conflituoso dos botequins de Porto Alegre nos anos da guerra é o do soldado da Brigada Militar, Euclides Rangel Dangelo, que, nas proximidades do mercado público, feriu o rosto do operário Felisberto Machado de Oliveira com uma navalha.¹⁵ Euclides, “visivelmente embriagado”, teria entrado em confronto com Felisberto por conta de uma desavença dentro do botequim. Ambos estariam embriagados, e uma discussão verbal logo se transformou em agressão. O “corre-corre” se generalizou na praça Parobé, onde todos queriam assistir a briga entre os dois. Porém, um dos transeuntes era sargento do exército, Manoel Abdala Jorruge, e teria tentado apartar a briga. Porém, o processo é impreciso sobre o que teria acontecido em seguida. Algumas testemunhas afirmam que Felisberto teria agredido Euclides por trás e o segundo, revidado com sua navalha. Outros dizem que Felisberto já estava afastado e Euclides, por conta de sua embriaguez, voltara a investir contra o operário, mesmo diante do sargento que tentava apaziguar o conflito.

As diferentes versões são estabelecidas por testemunhas que tomam partido de um, ou de outro lado, mas é na versão do próprio Felisberto que surge um novo elemento na questão: Felisberto e Euclides eram amigos de infância! Aliás, Felisberto chegara a dizer que o réu “nunca teve a intenção de agredi-lo”. No entanto, o advogado de defesa de Euclides, aparentemente ignorando o depoimento de Felisberto, alegara que seu cliente teria agido em “legítima defesa” após ser agredido. Todavia, a justiça acabou decidindo em favor de Felisberto – que, ao que indica o depoimento, não havia processado Euclides! O que o processo não diz, e que permite que se questione, é: qual o papel do sargento Manoel nessa sentença? Afinal de contas, fora ele quem dera o primeiro depoimento e quem, supostamente,

¹⁴ Em um levantamento preliminar dos processos-crime de Porto Alegre na década de 40 indicou-se cerca de 12 casos de brigas em botequins que foram levadas a justiça.

¹⁵ As informações a seguir são retiradas do processo-crime de EUCLIDES RANGEL DANGELO, nº 5448, maço 314, estante 29, agosto de 1943.

teria dado voz de prisão. E mais: entre os principais envolvidos, ele era o único que não se encontrava “embriagado”.

Porém, diante dessa e de outras dúvidas, o processo aponta a complexa relação entre trabalhadores dentro dos espaços de botequim, em um horário posterior ao de expediente, onde se encontrariam para relaxar e que, por conta de provocações pessoais e “embriaguez”, às vezes as disputas saíam de controle e o que era uma simples rixa tornava-se uma briga violenta. Os vendeiros, nesse caso, procuravam se manifestar o mínimo possível, como contam todas as testemunhas que estavam presentes no bar onde o “brigadiano” e o operário começaram a discutir. Essa relação entre clientes e donos de botequim era estabelecida muitas vezes pelas boas relações entre eles, que permitia, entre outras coisas, uma margem de manobra para inclusive poderem “pendurar” a conta.¹⁶

Entretanto, diante da especulação sobre os preços em função da entrada do país na guerra, as relações entre os trabalhadores e os donos dos botequins parecem ter piorado. Um artigo da revista *Orientação Econômica e Financeira*, destinadas aos “economistas e homens de negócio” do Rio Grande do Sul, do ano de 1944 alertava para os problemas que a escassez trazia entre os trabalhadores e sugeria “quotas altas e uniformes dos impostos de licença e de profissões que tornem economicamente inviável nas grandes aglomerações urbanas, o pequeno armazém, a venda, **o botequim, gerador de indisfarçáveis males sociais**, que não vem aqui ao caso discutir.”¹⁷

Apesar de não falarem sobre os “indisfarçáveis males sociais”, é inegável o caráter negativo que os botequins, vendas e pequenos armazéns possuíam para certos setores da sociedade, especialmente aqueles preocupados com a racionalidade do espaço urbano e o controle do trabalhador.¹⁸ Responsáveis não apenas por males sociais que corrompiam os operários, os botequins agora eram alvo da crítica à especulação. Ao contrário dos vendeiros, os atacadistas eram vistos de forma mais íntegra, de forma que a “ávida busca pelo lucro” atingia apenas os donos desses pequenos armazéns.

A idéia de um atacadista íntegro, é claro, não se sustenta na imprensa da época. No entanto, a descrição do dono do botequim é uma generalização que de certa forma encontrou eco na sociedade porto-alegrense. Alguns processos categorizados como “crime contra a economia popular” atingiam comerciantes que forjavam quotas de abastecimento, ou compravam de outros comerciantes, ou mesmo falsificavam medidas e alteravam produtos. Um informe da Comissão de Mobilização Econômica do Estado do Rio Grande do Sul pedia que agentes fiscais e policiais atuassem contra “transgressões da tabela oficial; fraude nas

¹⁶ FORTES, Alexandre; op. cit., p. 74-75.

¹⁷ Revista *Orientação Econômica e Financeira*, nº 24, p. 6-9. Maio de 1944.

¹⁸ O principal trabalho sobre a questão dos botequins diante de uma ideologia de racionalidade urbana ainda é a terceira parte do clássico de CHALHOUN, Sidney; “*Trabalho, lar e botequim*”; Campinas; Ed. Unicamp, 2001.

pesagens, quantidade e qualidade do gênero vendido; sonegação, ou ocultação de estoque; adulterações na tabela oficial de preço; inobservância no racionamento; inobservância das instruções da Comissão; venda por preço extorsivo de produto não tabelado.”¹⁹

O principal caso policial que pode ser citado para exemplificar essa questão envolveu dois personagens comuns: Eurico Machado, gráfico de 42 anos, branco, casado, e Eduardo Correa de Melo, português, 31 anos, comerciário, que trabalhava no bar Orfeu de seu irmão, Manuel.²⁰ No dia 13 de setembro de 1942, por volta das oito e meia da noite, Eurico tomava um cafezinho no bar Orfeu quando viu Eduardo abrir as garrafas de leite, colocar água nas mesmas e voltar a fechá-las. Movido por um sentimento de indignação diante da fraude, Eurico falou para o vendeiro que havia “visto tudo” e imediatamente telefonou para a repartição central da polícia, dando voz de prisão ao irmão do dono do botequim. Nesse meio tempo, segundo Eurico, o vendeiro havia ficado na calçada, enquanto ele e outros fregueses presentes esperavam pela polícia chegar, o que aconteceu depois de uma meia-hora após a ligação.

É válido ressaltar que o leite era um artigo bastante valorizado e sua alteração, de alguma forma, revoltara profundamente o cliente do bar que sequer iria consumir o leite alterado. Sem nos aprofundarmos diretamente no caso que envolveu Eduardo e Eurico (o que permitiria uma série de implicações conforme o andamento do processo), há um elemento que se soma à questão inicial: como se constrói uma “economia moral” dos trabalhadores? Quais os limites que eles encontram diante de certas práticas que alteram a sua cotidianidade? Quais as reações que eles têm ao sentirem esses limites sendo ultrapassados?

Essas questões não são simples e apesar do processo de Eduardo Correa de Melo ser emblemático para alguns apontamentos, ele parece se aproximar da observação de Thompson sobre o costume de venda de esposas na Inglaterra do século XVIII e XIX de que “o atípico pode servir para sondar as normas”.²¹

¹⁹ Resolução nº 57 da Comissão de Mobilização Econômica do Estado do Rio Grande do Sul, 1944. Esse documento pode ser encontrado no processo-crime de OVÍDIO GONZAGA NEVES, nº 7531, maço 359, estante 29, maio de 1946.

²⁰ As informações a seguir são retiradas do processo-crime de EDUARDO CORREA DE MELO, nº 5548, maço 319, estante 29, janeiro de 1943.

²¹ THOMPSON, Edward; “*Folclore, antropologia e história social*”; IN: Edward Thompson; “*As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*”; Campinas; Ed. Unicamp, 2001, p.238.

APONTAMENTOS PARA UMA ECONOMIA MORAL DOS TRABALHADORES

Esse pequeno texto visa traçar um pequeno panorama da problemática central da definição de uma “economia moral dos trabalhadores” no período: como os trabalhadores se relacionavam entre si e com outros poderes para conseguirem lidar com a escassez de alimentos que se abatia sobre eles próprios? A idéia de Michel de Certeau, de que existe um processo de “tática”, que consegue fugir pelos interstícios de uma prática disciplinar (a “estratégia”) sem se opor a ela é interessante para esse questionamento, pois pode permitir que consideremos as pequenas fugas possíveis para enfrentar uma situação de escassez que dependia da criatividade e da solidariedade entre os trabalhadores.²²

A idéia de que os trabalhadores possuem “táticas” para conseguirem fugir de uma disciplina militar que organizava a economia doméstica – mais especificamente o racionamento e a sobriedade – precisa ser melhor discutida. Muitos trabalhadores teriam realmente acatado esse processo disciplinar de controle sobre seu cotidiano que se abateu durante o período de guerra. O depoimento do operário Abrelino Freitas é exemplar sobre essa questão:

“A condição de vida da família [...] assalariada depende muito da organização da própria família. [...] Se tirava da cooperativa o necessário pra alimentação da família. Não tinha, como tem hoje, muita diversificação no sistema alimentar, o acondicionamento do leite e outras coisas. [...] Aquele salário que era pequeno, na época, se tornava grande pelas facilidades que tinha. De sorte que ficava tudo dependendo da organização da família. Como criava os filhos, a maneira de vestir. Não tinha também assim muito onde gastar, as diversões eram poucas. [...] O trabalhador, o assalariado [que era de] sair do serviço, receber o salário dele, [...] formar o grupinho e ir pro bar do Chico [...] chegava em casa [e] o dinheiro já não dava pra pagar o caderno [no armazém]. [Essas famílias] hoje estão sofrendo nas agruras numa vila popular.”²³

No entanto, os processos-crime apresentam quadros diversos, onde operários e vendedores se inter-relacionam com a economia de guerra dentro dos limites do possível e de sua sobrevivência. Mais do que um ato de individualismo, muitas vezes ele partia de uma questão coletiva, como o caso de Eurico Machado, que denunciara um dono de botequim que

²² Para se referir à conceitualização de Certeau, a tática se apresenta levando em consideração a idéia expressa de que as táticas apresentam “continuidade e permanências”, práticas cotidianas que consistem em enfrentar a processos que servem de base “a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta.” Ver CERTEAU, Michel de; “*A invenção do cotidiano*”; Petrópolis; Ed. Vozes, 1994, p. 45-48.”

²³ Entrevista com Abrelino Freitas em 12/01/1996. Citado em FORTES, Alexandre; op. cit., p. 74-75.

alterava o leite que iria revender. Talvez Eurico fosse motivado por um sentimento patriótico, já que o DOPS publicava constantemente nos jornais de grande imprensa notas pedindo para a população colaborar contra “inimigos da pátria” – ainda que o vendeiro corrupto não possa ser colocado como um “quinta-coluna” tal como se estabelecia pela grande imprensa do período. Mas, de qualquer forma, os mais prejudicados por essa alteração do leite seriam os próprios operários, como Eurico.

Dentro das famílias operárias o leite fazia uma grande diferença na dieta e é provável que isso tivesse motivado sua atuação. A repercussão da economia de guerra entre os trabalhadores precisa ser compreendida diante de sua aceitação e de suas fugas, de um intenso processo de negociação com certos poderes a fim de garantir a sua sobrevivência. Uma negociação que muitas vezes parte de um processo desigual – já que os poderes políticos institucionais possuem uma relação de dominação sobre esses atores – mas que não deixa de ser uma negociação. E é dentro de um vasto campo de relações que se permite a compreensão do que Thompson fala de que “a ‘economia’ só pode ser entendida no contexto de uma sociedade urdida assim. [Onde a] vida ‘pública emerge de dentro das densas determinações da vida ‘doméstica’.”²⁴

É no âmbito da vida cotidiana que pode se compreender as relações políticas e econômicas estabelecidas por esses “atores secundários”, na definição de Thompson. No momento em que são colocados em evidência, como protagonistas de sua própria história, e não como meros objetos de um processo que se desenvolve de forma independente das suas ações, o cotidiano popular se desdobra em uma série de novas questões que permitem entender a própria luta estabelecida entre as diferentes classes sociais.

Nesse sentido, a busca por práticas que constituem uma “economia moral” dos trabalhadores diante da escassez de alimentos é fundamental, mas também ela precisa ser confrontada com as condições de trabalho, para um espectro mais amplo sobre as relações que constituíram a luta de classes em um período diferenciado da vida dos trabalhadores.

²⁴ THOMPSON, Edward; op. cit., p. 234-235.